

Informativo



Visita

Associados se reúnem
com novo ministro da
Agricultura.

Recadastramento

Preencha sua ficha
na página 6

Atuação

Conheça o trabalho
da Associtrus.

Colheita

TRT mantém
condenação.

Consecitrus já.

Faça parte você também
de uma nova história na
citricultura brasileira.

Consecitrus - Uma oportunidade que não pode ser perdida.

Por

Flávio de Carvalho Pinto Viegas
Presidente da ASSOCITRUS



Desde o início de 2000, estamos propondo a estruturação de um organismo que regulasse as relações entre produtores e indústria e que, com a reorganização da Associtrus em 2003, passamos a denominar Consecitrus.

A Associtrus, que participou como terceira interessada no processo de fusão Citrosuco-Citrovita, apontou, entre outros riscos, o aumento do poder de mercado, da verticalização e da assimetria de informações.

Como alternativa à reprovação da fusão Citrosuco-Citrovita o CADE e as partes concordaram em formalizar um acordo para melhorar as condições de comercialização de laranjas pelos citricultores. Entre as medidas acordadas estão a criação do Consecitrus "...para reduzir os problemas informacionais e de organização que caracterizam o setor, trazendo maior equilíbrio para as relações entre os citricultores e a indústria" e medidas para conter a verticalização.

A proposta do Consecitrus deveria ser submetida ao CADE. A Associtrus, FAESP e SRB participavam das negociações quando estas foram interrompidas. A Associtrus, por não aceitar aderir à proposta unilateral da indústria, foi excluída. Por outras razões a FAESP também saiu da negociação e uma proposta assinada pela CitrusBR e pela SRB, em abril de 2012, foi entregue ao CADE.

Em 20 de fevereiro de 2013, a proposta enviada ao CADE foi julgada. O voto do relator, desenvolvido em 106 páginas, descreve com precisão os desequilíbrios existentes na relação entre citricultores e indústria e define que a Associtrus, FAESP e SRB, como representantes dos

citricultores, terão direito a voz e voto na apresentação de uma nova proposta para o Consecitrus.

O relator reconhece que "...Ao autorizar estas fusões e aquisições, o CADE criou uma estrutura com elevado poder de mercado nas compras de laranja (indústria) sem qualquer poder de mercado equivalente ou compensatório nas vendas de laranja (citricultores)". Registra também "...toda a pressão

do mercado recai sobre os citricultores, especialmente os pequenos e médios" Portanto para compensar o oligopsônio criado pelo CADE, seria necessário criar uma estrutura para reequilibrar as forças entre esses dois elos da cadeia".

O relator conclui que: as indústrias têm poder de compra unilateral em relação aos citricultores; as pequenas processadoras e o mercado interno de fruta não são capazes de absorver o desvio de oferta de laranja destinado às processadoras; os estoques podem ser utilizados como instrumento de barganha junto aos citricultores e a assimetria de informações afeta não só a negociação de preço da laranja como a própria organização da produção.

"Em suma, as relações entre citricultores e industriais são perenes, recorrentes e dependentes. Contudo, estão historicamente marcadas por fortes conflitos que tendem a desfavorecer o citricultor na apropriação do excedente."

Com relação à verticalização, o relator reconhece que os pomares próprios substituem a produção perdida dos produtores, que são excluídos do setor e, assim, as empresas podem impor preços mais baixos para reduzir seus custos. Com a produção própria, as processadoras podem adiar a compra da laranja de terceiros, aumentando a pressão sobre citricultores e reduzindo o preço da laranja. O poder de mercado das indústrias permite gerar grandes oscilações de preços, o que implica na necessidade de grande capital ou aumento do endividamento dos citricultores para fazer frente a essas oscilações.

O valor adicionado da produção agrícola até a venda do suco de laranja é disputado entre os citricultores e indústria, mas dadas as diferenças de poder de mercado e a intensa concorrência entre os citricultores, estes acabam sendo remunerados com valores próximos ao seu custo de oportunidade (lucro econômico zero), e isto é agravado pela heterogeneidade entre os produtores em termos de produtividade e de remuneração, registra o relator.

O relator registra que a CONAB aponta gastos de R\$ 7,7 bilhões com a citricultura nos últimos 10 anos e levan-

Não deixe de participar! Associe-se

Solicite sua ficha de cadastro de sócio na sede da Associtrus, na Rua Cel. Conrado Caldeira, 391, Centro, CEP: 14.701-000 - Bebedouro-SP ou através do email associtrus@associtrus.com.br. A contribuição quadrimestral é obtida multiplicando-se a estimativa de caixas a serem colhidas por U\$ 0,01 (um centavo de dólar). O valor resultante pode ser pago em três parcelas.

IMPORTANTE!

Identifique e confirme a sua contribuição.

EXPEDIENTE

Publicação bimestral da Associtrus

(Associação Brasileira de Citricultores)

Conselho Editorial: Diretoria

Produção, edição e fotos: Iha Comunicação

Tiragem: 6.000 exemplares

Divisão de jornalismo: Eduardo Iha e Carolina Iha

Diagramação: Juliana Iha

Associtrus - Associação Brasileira de Citricultores

Rua Cel. Conrado Caldeira, 391, Centro, CEP: 14.701-000 - Bebedouro - SP
Fone: (17) 3343-5180 Cel: (17) 99123-9831 - E-mail: associtrus@associtrus.com.br

Home Page: www.associtrus.com.br

DIRETORIA

Flávio Pinto Viegas, Douglas Eric Kowarick,
Lenita Arruda Boechat e Charles Teixeira.

Para anunciar ligue (17) 3343-5180

ta a questão sobre se não estaria havendo uma socialização do prejuízo concorrencial via financiamentos públicos. Em outras palavras, indiretamente, estaria havendo transferência de recursos do governo para as processadoras.

O relatório discute a intensa discriminação na determinação dos preços pagos aos citricultores, o que gera uma remuneração desigual entre eles. Segundo o relator, as indústrias têm capacidade e interesse em discriminar os produtores, diante dos ganhos advindos dessa ação.

Quanto maiores a verticalização, o excedente de laranja no mercado e o estoque de suco de laranja, maior o poder de compra da indústria, segundo o relator.

Ainda segundo ele, a concentração de mercados gera ineficiências e perdas de bem estar e lembra que a discriminação abusiva está relacionada à baixa rivalidade entre as indústrias. Em ambientes competitivos, não há espaço para remuneração de fatores de produção, leia-se aqui a matéria-prima laranja, em bases discriminatórias.

A discriminação resulta no controle da oferta de laranja, cujo objetivo é extrair o máximo de renda e não criar produtos ou ofertas distintas, ganhos de eficiência e eliminar produtores ineficientes. O poder oligopsônico busca somente obter o menor custo de um insumo (laranja); para tanto discrimina. Assim, a suposta baixa produtividade decorre deste abusivo poder de compra, segundo o relator.

Ao relacionar o poder de compra à discriminação com a produtividade, o relator comenta o fenômeno denominado histerese. A histerese pode ser entendida como a situação em que um sistema não retorna ao seu estado inicial depois de eliminado o fator que causou a alteração.

No caso da citricultura, o baixo preço pago pela laranja, a porcentagem da produção adquirida e o retardamento de compra da safra geram perdas de produtividade e aumento de custos, que se vão agravando ao longo do tempo, levando à exclusão de citricultores tradicionais e competentes do setor. O relator ressalta

que devido às compras discriminadas, a tese de que os produtores menores são ineficientes deve ser considerada com ressalvas, pois a compra com discriminação pode criar produtores ineficientes. Produtores que recebem preços mais baixos tornam-se incapazes de investir em eficiência e, dessa forma, são injustamente excluídos do mercado. Assim, um objetivo adicional do Consecitrus é mitigar a discriminação dos industriais junto aos produtores agrícolas.

O relatório, aprovado por unanimidade pelo CADE, mostra com clareza as distorções das relações entre indústria e citricultores, desmente os argumentos utilizados até agora pelas indústrias e traça os caminhos para que o Consecitrus corrija as distorções.

É preciso que os citricultores apoiem a Associtrus para que tenhamos maior poder para fazer prevalecerem os nossos pontos de vista e para que não percamos esta oportunidade única de restabelecer o equilíbrio nas relações entre citricultores e indústria.

Associtrus

Consecitrus já.

Desde 2003, a Associtrus trabalha pela criação de um instrumento capaz de regular as relações entre produtores e indústrias de suco.

Desde 2003, a Associtrus trabalha em favor da criação de um instrumento capaz de propiciar um novo arranjo para as relações entre citricultores e indústrias. Anos atrás, as negociações com vistas à criação desse instrumento teve início na Câmara Setorial da Citricultura e àquela época já se dava à ele o nome de "Consecitrus". Apesar do início das discussões ocorrerem com maior consistência a partir de 2005, desde o ano 2000, o presidente da Associtrus, Flávio Viegas, trabalha na elaboração de uma proposta que pudesse regular o mercado citrícola brasileiro protegendo e assegurando a remuneração, principalmente, do pequeno e do médio citricultor, responsável por grande parte da

economia de diversos municípios do Estado de São Paulo. Agora, depois de mais de uma década de trabalhos e obstáculos superados, é chegada a hora de, enfim, elaborar o Consecitrus. Com o aval e acompanhamento do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), a CitrusBr, representando as processadoras de laranja, e Associtrus, Faesp e SRB, representando os citricultores dão início à uma série de etapas com vistas à elaboração do Consecitrus. Para que os produtores façam prevalecer seus pontos de vista, recomenda-se maior participação no dia-a-dia da associação.

Fique sócio da Associtrus e contribua com este momento histórico da citricultura brasileira.

Consecitrus – uma ótima perspectiva para o futuro dos produtores

Por

Diego Gil Menis

(Rossi e Berto Advogados)

Oriundo do pedido de fusão entre duas grandes produtoras de suco de laranja concentrado – Citrovita Agro Industrial Ltda. e Fischer S.A. Comércio e Indústria e Agricultura – através do ato de concentração 08012.005889/2010-74, um dos requisitos para aprovação da operação comercial determinado pelo Termo de Compromisso de Desempenho foi a instituição do Consecitrus.

A priori, erigir o famigerado conselho seria uma forma de evitar a concentração de ainda mais poderes nas mãos da indústria processadora e aumentar ainda mais a penosa vida do citricultor brasileiro.

E, a posteriori, fomentaria grandes perspectivas para o comércio citrícola colocando em igualdade os elos da cadeia produtora e consumidora.

Porém, lastreado em interesses diretos das empresas envolvidas na fusão, o Consecitrus anteriormente proposto pelas processadoras e pelas Citros-BR (a ASSOCITRUS foi alijada da primeira tentativa de implantá-lo) foi eivado de vícios e ficou manchado pela poluição da intenção de desvirtuar o seu regular funcionamento.

Nesse cenário, o CADE interviu diretamente e proibiu o uso do Conseci-

trus da forma proposta pela Citrus-BR, instituindo um novo ato de concentração sob número 08012.003065/2012-21 através do qual o conselho pôde ser amplamente debatido, com atuação direta da Associtrus impugnando as proposições desfavoráveis aos produtores, fornecendo ideias e dados relevantes para a concretização do conselho.

Assim, após muitas rodadas de negociações, impasses e discussões, em fevereiro de 2014, finalmente o CADE, através do relator Ricardo Machado Ruiz, estabeleceu as primeiras premissas para instituir o Consecitrus.

E nessas bases estruturais, num primeiro ponto, já é possível observar a Associtrus como entidade integrante direta do conselho, com direito a voz e voto e representatividade direta dos citricultores.

De saída, para concretizar o conselho, a Assembleia Geral será convocada para eleger o conselho deliberativo, salientando que esses dois órgãos terão paridade no número de participantes entre produtores de citros e indústria, sendo no mínimo 18 membros, 9 pelos produtores, 9 pelas processadoras.

Aqui é importante abrir um parêntese para deixar registrado que os produtores serão representados pela Associtrus, Faesp e SRB.

Eleito o conselho deliberativo com 18 membros, com mandato definitivo por anos, esse órgão colegiado deverá eleger o diretor executivo, tam-

bém com mandato determinado, porém, permitindo-se uma única recondução, sendo que haverá alternância sistemática no diretor entre indústria e produtor.

Paralelamente a isso, haverá a criação das câmaras temáticas, que serão órgãos com competência para gerir atividade técnica e estrutural envolvendo toda a cadeia citrícola, como precificação, obtenção de dados específicos, entre outras determinações. Além disso, os membros poderão valer-se de consultorias de outras entidades como forma de assessoria.

Expressas as principais bases estabelecidas para erigir o Consecitrus, imprescindível destacar que o conselho estará sob a batuta do CADE pelo prazo de 1 ano após ser instituído. Isto é, mesmo após ser autossuficiente, haverá avaliação pelo Conselho Concorrencial para que não ocorra investidas e tentativas de desvirtuamento como se verificou no passado, sobretudo aquelas que tenderam prejudicar a parte hipossuficiente da relação comercial que são os produtores.

Assim, diante das primeiras impressões que o CADE fixou como premissas básicas para erigir o Consecitrus, fica claro que os produtores de citros possuem ótimas perspectivas para manter sua atividade principal e, amparados pela alta representatividade que a Associtrus terá, as perspectivas de um futuro ao sol estão cada vez mais claras.

Resta, pois, confiar na implementação do Consecitrus de forma pura e sem a interferência de forças prejudiciais aos interesses dos produtores, razão pela qual torna-se cada vez mais indispensável a união entre os produtores e o fortalecimento das instituições que, como a Associtrus, serão a voz do produtor na árdua e incansável luta pelo reconhecimento dos direitos e eliminação das desigualdades.

05, 06 e 07 de Agosto 2014

Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro



Ministro da Agricultura se compromete a apoiar setor produtivo

Reunido na tarde do dia 1º de abril, no auditório da Credicitrus, em Bebedouro, com associados da Associtrus e prefeitos da região, o ministro da Agricultura, Neri Geller se comprometeu a apoiar o setor produtivo, principalmente, os citricultores. “A citricultura é um setor que sofre há vários anos com a falta de renda. Temos consciência disso e vamos apoiar o produtor no que for necessário para garantir o retorno da sustentabilidade da atividade”, disse Neri Geller, que também é produtor rural.

Durante o encontro, o ministro recebeu das mãos do presidente da Associtrus, Flávio de Carvalho Pinto Viegas, o “Manifesto Público da Laranja” - elaborado em 16 de agosto de 2013 em reunião realizada em Bebedouro - atualizado com as principais reivindicações do setor e sugestões de medidas de longo, médio e curto prazos. “Sabemos que são muitas as necessidades e dentre elas está a renegociação de dívidas, por isso estamos com um equipe preparada para analisar e estudar os melhores caminhos para resolver esta questão que já foi encaminhada ao Ministério da Fazenda para que se faça o levantamento da dívida junto aos agentes financeiros como Banco do Brasil, BNDES e outros, para sabermos o tamanho da dívida e em que momento ela se deu”, disse o ministro, justificando os atrasos nos pagamentos dos Leilões de Pepro em 2013 em função de denúncias e da necessidade de adotar critérios mais rigorosos para liberação dos recursos e acompanhamento dos pagamentos. Ele garantiu aos citricultores que, este ano, o processo será bem diferente. “O estabelecimento do preço mínimo para a caixa de laranja de R\$ 10,10, no ano passado, para R\$ 11,45 já no início deste ano, prova o quanto estamos dispostos a trabalhar pelo produtor”, disse o ministro Neri Geller.

A tecnologia e a união do setor também foram temas abordados. “O produtor precisa estar competitivo e atento às tecnologias que otimizem a produção agrícola e a competitividade do país. O governo tem disponibilizado recursos

para tanto e o Ministério da Agricultura irá trabalhar para encaminhar soluções para que o citricultor volte a ter na laranja uma atividade rentável e sustentável”, observou Geller chamando a atenção para a importância da união da classe produtiva com vistas ao atendimento de seus pleitos pelo governo federal.



Força - Ministro da Agricultura, Neri Geller recebe, em mãos, as reivindicações dos citricultores ligados à Associtrus.



União - Associados da Associtrus prestigiam encontro realizado no auditório da Credicitrus em Bebedouro.

Comprometimento

Prefeito de Bebedouro, Fernando Galvão; ministro da Agricultura, Neri Geller; e o presidente da Associtrus, Flávio Viegas.



AGRIFLORA
MUDAS FLORESTAIS

MUDAS DE EUCALIPTOS

- ✓ Mudanças Clonais (diversos cultivares),
- ✓ Mudanças Seminais (diversas Espécies),
- ✓ Orientação Técnica (projetos, plantio e manutenção)

RENASEM - SP 01835/2008

(16) 3322-6488

Rod. W. Luiz, km 273 • CP 309 • CEP 14.800-670 • Araraquara-SP
www.agriflora.com.br • zanifilho@agriflora.com.br

TRT mantém condenação contra indústrias

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15ª) manteve a condenação das processadoras de laranja, na Justiça do Trabalho de Matão (SP), para contratação de todos os trabalhadores no plantio, cultivo e colheita. A decisão final irá para o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

No julgamento, em Campinas (SP), o desembargador e relator do processo Gerson Lacerda Pistori votou pela manutenção da decisão de primeira instância, com a previsão de uma multa de R\$ 400 milhões às indústrias - Cutrale, Citrosuco e Louis Dreyfus Commodities - por danos sociais, mais R\$ 40 milhões por abuso do direito de defesa, bem como uma multa de R\$ 40 milhões à Cutrale por assédio processual.

No julgamento do TRT também foi aceito o pedido da desembargadora

Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira para que houvesse uma redução de R\$ 400 milhões para R\$ 100 milhões na multa por danos sociais; de R\$ 40 milhões para R\$ 10 milhões na multa de abuso do direito de defesa. Já a multa à Cutrale por assédio processual, em 10% da multa principal, caiu de R\$ 40 milhões para R\$ 10 milhões.

O presidente da Associtrus, Flávio Viegas, é favorável ao retorno da responsabilidade pela colheita e frete para as processadoras. "Se quiser colocar um argumento mais técnico para a necessidade de coordenar a entrega da fruta, pode-se usar o conceito de especificidade temporal. Ou seja, a fruta perde o valor com o passar do tempo. Como não há forma de fazer valer um cronograma de entregas, a indústria pode utilizar os prazos de entrega para ob-

ter concessões de preços. Ou preço mais baixos por frutas murchas. O importante é enfatizar que o citricultor não possui mecanismos para fazer valer cronogramas de entregas. Esse argumento pode ser usado, também, para devolver a responsabilidade da colheita para a indústria", declarou Viegas em artigo publicado em 2008.

O presidente do Sindicato Rural de Ibatinga/Tabatinga, Frauzo Ruiz Sanchez, chama a atenção para a atividade fim da indústria. "Colheita e frete é atividade fim da indústria, pois é ela que determina e da ordem do serviço. Diferente de plantio e cultivo onde a qualquer momento o produtor pode mudar como fizeram nos últimos anos. Embora tenha saído pela porta dos fundos e com enorme prejuízo, mas ele tem a opção de sair. No caso da colheita e transporte da fruta ele não tem opção, pois manda quando e quanto a indústria determina e depois que ela colheu quase toda produção própria e de integrados".

Atualize seu cadastro. Fique sócio da Associtrus.

A Associtrus solicita que todos os seus associados preencham o cadastro abaixo e o envie para a associação para que seja feita a atualização de dados que se faz necessária em função da elaboração do Consecitrus.

Se você ainda não é sócio da Associtrus, preencha o cadastro e junte-se a nós.



Associação Brasileira de Citricultores - Rua Cel. Conrado Caldeira, 391 - Centro
Cep - 14701-000 - Bebedouro - SP - Fone: (17) 3343-5180 / (17) 99123-9831
e-mail: associtrus@associtrus.com.br - www.associtrus.com.br

Ficha de inscrição para o quadro de associados

Taxa de adesão - R\$ 200,00

Para contribuir: Estimativa x US\$ 0,01 (um centavo de dólar por caixa produzida) dividida em três [3]
Quadrimestres/ANO: Abril;Agosto;Dezembro

Informações pessoais

Nome: _____ Pessoa física () Pessoa jurídica ()

Endereço p/ correspondência: _____

Município: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone fixo: () _____ Celular: () _____

CPF/ CNPJ: _____ RG: _____

Email: _____ Assinatura: _____

Trabalho sólido em favor do citricultor

Todos os dias somos bombardeados com milhares de informações sobre política, economia, saúde, educação, cultura, agronegócios, esportes, além de milhares de mensagens de e-mails, skype, whatsapp, facebook e outras redes sociais que não param um minuto sequer de ocupar nosso tempo e atenção. Diante de tantas ocupações e informações, às vezes fica difícil de guardar na memória o que é im-

portante na hora de tomar uma decisão.

Para que você avalie a atuação da Associtrus em favor do que é realmente importante para o produtor de citros, preparamos um resumo especial para refrescar sua memória e para que, munido destas recordações, você decida pela entidade que realmente está capacitada para defender seus interesses na formulação do Consecitrus.

Justiça, Bárbara Rosemberg, acompanhada da coordenadora-geral do Controle de Mercado, Mariana Tavares de Araújo, também estiveram em Bebedouro, para ouvir os argumentos de que o setor produtivo sofre com a eliminação substancial da concorrência e de que a venda da Cargill para os grupos Cutrale e Fischer é mais uma etapa do processo de cartelização da citricultura.

2004

Câmara Setorial da Citricultura

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura foi instalada em 16 de julho 2004 no Auditório da Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro, em São Paulo, Estado responsável por 80% da produção de laranja e 98% do suco concentrado congelado que o Brasil produz.

O então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, abriu os trabalhos indicando para a Presidência da Câmara o representante da Associação Brasileira dos Citricultores – Associtrus, Flávio de Carvalho Pinto Viegas e, como Secretário-Executivo, Marcos Antônio Machado, representante do Centro APTA Citros Sylvio Moreira, do Instituto Agrônomo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. As indicações do Ministro foram referendadas na primeira reunião ordinária da Câmara.

A cadeia produtiva é representada na Câmara por entidades privadas – associações de viveiristas, produtores, industriais, exportadores, varejistas – bem como por órgãos públicos. A Câmara foi oficialmente criada pela Portaria nº 516, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2005.

2005

Levantamento de custos

No dia 20 de junho de 2005, no auditório da Credicitrus, em Bebedouro, para traçar políticas públicas de abastecimento e de recursos públicos para o setor citrícola, a Associtrus reuniu-se com técnicos da Conab (Cia Nacional de Abastecimento), agrônomos, citricultores e economistas para discutir os custos de produção de laranja.

O gerente da Superintendência de Informações do Agronegócio da Conab, Asdrúbal de Carvalho Jacobina, e o técnico de operações, Luís Alberto Martins, tiveram acesso à planilha de custos da Associtrus.

Venda da Cargill

No dia 10 de junho de 2005, na sede da associação, o conselheiro do Cade, Luis Carlos Prado, ouviu a opinião de produtores, políticos e demais representantes do setor citrícola sobre a venda da Cargill.

A Associtrus contestava o parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, recomendando a aprovação da operação que transferiu os ativos da Cargill para os grupos Cutrale e Fischer.

No dia 8 de agosto do mesmo ano, a diretora-adjunta da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da

Atuação política

Desde 2003, a Associtrus trabalha fortemente em Brasília com vistas à diminuição do poder de barganha das indústrias. De lá para cá, em diversas oportunidades, a associação mobilizou seus associados.

Ex: Na audiência do dia 10 de agosto de 2005, no Senado, para discutir o processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira e evidenciado com o venda da Cargill; para pressionar o deputado Nelson Marquzelli a retirar a emenda à MP 292 de sua autoria, que pedia a revogação de dispositivo da lei 10.149 (Lei de Defesa da Concorrência), de 2000, que impede qualquer tipo de acordo nos moldes do TCC (Termo de Compromisso de Cessação); contra alterações na Lei do Cade, com a reintrodução da possibilidade de celebração de acordos para cessação de investigações, mesmo nos casos e formação de cartel; etc.

Ao longo deste anos, a Associtrus também foi recebida em diversas oportunidades, por parlamentares, dentre eles, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos de Mendes Thame, Edinho Araújo; por ministros da Agricultura, da Fazenda, da Justiça etc.; por conselheiros do Cade e da SDE; etc.

A Associação também foi recebida diversas vezes por governadores do Estado de São Paulo; secretários de Agricultura; representantes da Conab, IEA, entre outros órgãos ligados ao setor agrícola brasileiro.

2006

Operação Fanta

Em 24 de janeiro, a Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, e a Polícia Federal realizaram uma megaoperação de busca e apreensão de documentos em escritórios e nas sedes de quatro grandes empresas processadoras de suco de laranja e da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (Abecitrus), buscando provas para a suposta formação de cartel no setor. A ação ficou conhecida como “Operação Fanta”.

O resultado foi a apreensão de 27 malotes de papéis e documentos, vários computadores e até armas. Segundo fontes envolvidas na ação, uma submetralhadora Uzi foi encontrada numa gaveta da sala da diretoria da empresa Cutrale, em Araraquara (SP). Ainda foram alvo da busca e apreensão as empresas Citrovita, Montecitrus e Coinbra. Desde 1999, a SDE investiga denúncia de formação de cartel por parte dessas processadoras.

Consecitrus

A ideia inicial do Consecitrus nasceu no ano 2000 mas, as negociações do de fato só foram abertas no dia 1º de fevereiro de 2006 após a realização da Operação Fanta e a Cutrale, maior processadora de suco de laranja do mundo, se dispôs a analisar as propostas elaborados pelos produtores ligados à Associtrus. Na oportunidade, a processadora também atendeu às recomendações do Ministério Público do Trabalho (MPT) da 15ª Região de Campinas que, desde 2004, vinha tentando trazer a indústria para negociar questões referentes à responsabilidade pela colheita.

Geosafras

Em 20 de janeiro de 2006, em encontro promovido pela Associtrus na Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, anunciou a assinatura de convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de SP, para elaboração do Geosafras (sistema de monitoramento por satélite). “A partir da projeção da safra, o citricultor terá noção exata do que o Estado vai produzir e poderá negociar melhor sua safra”, disse Rodrigues.

Amcisp

A Associtrus apoiou a constituição da Amcisp (Associação dos Municípios Citrícolas). O presidente da Associtrus, Flávio Viegas, compôs diretoria do biênio 2006/2007 como secretário. A Amcisp objetiva reunir prefeitos, vereadores e deputados em favor da causa citrícola.

Conselho do Agronegócio da Fiesp

Em 2006, a Associtrus se fez presente no Conselho do Agronegócio da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) presidido pelo ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. A presença da associação mostra que ela é efetivamente uma representante importante do citricultor brasileiro.

2007

PAC do Agronegócio

A Associtrus colaborou com o governo federal através do envio de sugestões para a elaboração do PAC do Agronegócio. Questões como seguro e crédito rural, tecnologia, pesquisa, defesa sanitária, agregação de valor, desoneração tributária, equacionamento de dívidas, crédito de carbono, entre outros, constaram das propostas enviadas.

Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura

Dia 24 de outubro de 2007, no Plenário D. Pedro I, na Assembleia Legislativa de São Paulo, aconteceu o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura. Proposta pelo deputado Davi Zaia, a Frente é resultado do trabalho de diretores e conselheiros da Associtrus que expuseram ao deputado a atual situação do setor produtivo.

2008

Fundecitrus

Graças ao trabalho da Associtrus, que participou de todas as reuniões do “Rally da Citricultura”, promovidas pelo PENSA/USP, o modelo de contribuição ao Fundecitrus, baseado no número de caixas de laranja de 40,8 kg e não de pés de laranja, será mantido. A presença da Associtrus nesta discussão foi fundamental para que a vontade do produtor prevalecesse.

Colheita

Com base em denúncias feitas pela Associtrus, Feraesp e Sindicatos Rurais, as indústrias de suco foram obrigadas a retomar a colheita por ordem judicial sob pena de multa diária de R\$ 200 mil para cada uma. A decisão do juiz da Vara do Trabalho de Taquaritinga deve-se à paralisação, sem aviso prévio da colheita da laranja, que prejudicou milhares de trabalhadores e citricultores.

Ainda em relação à colheita, a Associtrus e a Faesp apresentaram à Vara do Ministério Público do Trabalho (MPT) de Taquaritinga, propostas que visam solucionar os problemas que envolvem a colheita da laranja.



www.grutaagropecuaria.com.br
fsjgruta@uol.com.br

Fones: (19) 3451-0904 / 3441-9786
Fax: (19) 3495-2547

2009

Citrosuco em Bebedouro

A Associtrus se mobilizou em Brasília contra o fechamento da fábrica da Citrosuco em Bebedouro demonstrando as consequências para os citricultores e para o município, bem como para os mais de 200 funcionários que trabalhavam na empresa. O fechamento da Citrosuco em Bebedouro é reflexo da ação cartelizada da indústria, desde a aquisição da Cargill pelo grupo Fischer, em 2004.

Política de Preço Mínimo

Membros da Câmara Setorial, presidida pelo presidente da Associtrus, Flávio Viegas, enviaram documento à Secretaria de Política Agrícola do Mapa para incluir a laranja na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O pedido foi em função da situação social e econômica dos produtores de laranja promovida pela cartelização e verticalização do mercado pelas indústrias de suco de laranja.

2010

Securitização de dívidas

Desde 2010, a Associtrus busca apoio de políticos e a união de representantes de todos os estados produtores de citros, como Bahia, Sergipe e Paraná para conseguir do governo federal medidas de apoio através da securitização das dívidas dos citricultores que, em 2010, era estimada em R\$ 1 bilhão.

Fusão Citrovita Citrosuco

A associação denunciou ao governo federal e ao Cade as consequências da fusão entre Citrosuco e Citrovita. A Associtrus levou ao Cade pedido de reavaliação do negócio, considerando o fato das empresas já serem alvo de investigações pela SDE por formação de cartel. A fusão entre as duas empresas foi o

que condicionou o Cade a aprovar, em fevereiro de 2014, o início da elaboração do Consecitrus. O resultado da união foi o fechamento, no início de 2012, da unidade da Citrovita, em Matão, com a dispensa de 111 dos 192 empregados da fábrica.

2011/2012

Novo Código Florestal

Produtores de Bebedouro e Pirassununga, liderados pela Associtrus, participaram da mobilização pela votação do Novo Código Florestal, em Brasília, que reuniu mais de 20 mil produtores de todo o país.

Consecitrus ou Consecitrus BR?

A Associtrus chama a atenção para a pressa da CitrusBr e da SRB (Sociedade Rural Brasileira) aprovarem um estatuto proposto apenas por estas duas entidades para o Consecitrus. Sob a falsa alegação de que a Associtrus, precursora da ideia, era contra o Consecitrus, CitrusBr e SRB apresentaram ao Cade um estatuto que pretendia reproduzir a estrutura do Fundecitrus, ou seja, onde o produtor é um mero figurante, pois todas as decisões estariam concentradas nas mãos das indústrias e de seus amigos.

A Associtrus foi ao Cade e entrou como terceira interessada no processo questionando a representatividade das entidades e o objetivo do Conselho que deveria ser criado para tentar melhorar as relações entre indústrias e produtores.

2013/2014

Leilões de Pepero da Laranja

Desde o início do ano, a Associtrus trabalhou intensamente, com vistas à liberação da Portaria de Pepero da Laranja para permitir o agendamento dos leilões ainda em janeiro. Graças ao apoio do deputado federal Antônio Carlos Mendes Thame e do senador Eduardo Suplicy, bem como de seus assessores, a tramitação ocorreu de forma mais rápida que o habitual.

Citricultura do Estado de São Paulo: Estrutura e Conjuntura

Em agosto de 2013, no anfiteatro do Centro Universitário Unifafibe, em Bebedouro, mais de duzentos citricultores participaram do Encontro “Citricultura do Estado de São Paulo: Estrutura e Conjuntura”, promovido pela Associtrus, e assinaram o “Manifesto da Laranja”, documento onde estão descritas as principais reivindicações a curto, médio e longo prazos, extremamente necessárias para a manutenção do setor produtivo.

Dentre as ações estão: renegociação das dívidas, inclusão da laranja na política de preço mínimo e nos leilões de PEPRO; inserção de suco de laranja em programas governamentais; aumento do percentual de suco de laranja nos néctares, no país; redução de impostos; melhoria do ambiente de negócios, com maior transparência de informações; fortalecimento da representatividade dos citricultores independentes nas negociações do Consecitrus; e investimentos em marketing para promover o aumento do consumo de suco de laranja.

Manifesto da Laranja

O presidente da Associtrus, Flávio Viegas - acompanhado dos deputados Edinho Araujo, Luiz Argolo e Valdir Colatto, de citricultores e de representantes de Sindicatos Rurais e da Faesp - se reuniu, dia 10 de setembro em Brasília, com os ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, Antônio Andrade e Pepe Vargas. Na oportunidade, entregue o Manifesto da Laranja, documento onde constam as principais medidas de apoio ao setor a curto, médio e longo prazos.

O Governo Federal estuda a fixação de um preço mímimo de R\$ 10,10 para a caixa de laranja de 40,8 quilos nesta safra, e a disponibilização de mecanismos de incentivo à compra da safra, como o Pepero (Programa de Escoamento da Produção), que subsidia a diferença entre o preço mínimo fixado pelo governo e o valor real da fruta no mercado.

Preço mínimo

O preço mínimo para a caixa da laranja na safra 2013 foi de R\$ 10,10. A decisão foi tomada na noite do dia 31 de outubro de 2013, em reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), em Brasília.

A fixação do preço mínimo de referência é uma reivindicação dos citricultores, levada aos ministérios da Fazenda e da Agricultura e Pecuária pelo deputado federal Edinho Araújo atendendo à pedido da Associtrus.

Para a safra 2014/2015 o preço mínimo de R\$ 11,45.

Aprovação do Consecitrus

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou no dia 19 de fevereiro de 2014, a formação do Conselho dos Produtores de Laranja e da Indústria de Suco de Laranja (Consecitrus), mas impôs restrições e prazos para que seja cumprido um cronograma de ações que resultem na ratificação e, consequentemente, dê início à sua operação.

Todos os conselheiros acompanharam o relator Ricardo Ruiz que condicionou a aprovação final do Consecitrus a uma série de fatores, como a definição da representatividade dos participantes, a criação de uma estrutura formal, a reestruturação do estatuto, bem como a implantação dividida em fases, com avaliação posterior de cada uma pelo Cade.

O Consecitrus é uma das principais lutas encabeçadas pela Associtrus que foi a precursora da ideia de se criar um Conselho para regular o setor agroindustrial citrícola.

A partir de agora a Associtrus inicia um processo de fortalecimento do quadro associativo considerando a importância da representatividade para que os pleitos sejam atendidos.

A Associtrus precisa de você, produtor. Associe-se



SABE O QUE FALTAVA PARA ADQUIRIR O SEU VALTRA NO CONSÓRCIO?

UMA LINHA DE CRÉDITO ESPECIAL* PARA VOCÊ ANTECIPAR, ATRAVÉS DE UM LANCE, A AQUISIÇÃO DE SEU TRATOR OU IMPLEMENTO.

TAXA DE APENAS **1,8%** AO MÊS

PAGAMENTO EM ATÉ **36** MESES

Converse com nossa equipe para mais informações.

SICOOCREDICITRUS
Cooperativa de Crédito

COOPERCITRUS
Cooperativa de Produção Citrícola

VALTRA

* Para utilizar essa linha de crédito, é necessário solicitar à Cooperitrus o envio de sua carta de consórcio para a Sicoob Creditrus. Operação sujeita a análise de crédito.